



Anais da Assembléia

N.º 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Amélia Hruschka, Anibal Khoury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Eron-dy Silvério, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tugio Setogutte (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados Francisco Escorsin, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Caítio Quintana, Edgar Pimentel, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado e Wilson Fortes (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento, encapando o ofício n.º 87/83, da Prefeitura do Município de Santa Isabel do Ivaí, solicitando destinação de recursos para conclusão das obras do Ginásio de Esportes, daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

São centenas os exemplos de obras públicas que sofrendo interrupção em sua edificação, acarretam elevações absurdas em seus orçamentos, além de provocar mais despesas ainda, na recuperação da parte já erguida.

O mesmo poderá ocorrer nas obras do Ginásio de Esportes gerando prejuízos à municipalidade e ao Estado, caso os serviços de conclusão não sejam retomados de imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esportes, encapando o ofício n.º 89/83, da Prefeitura do Município de Santa Isabel do Ivaí, solicitando destinação de recursos para conclusão das obras do Ginásio de Esportes, daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

São centenas os exemplos de obras públicas que sofrendo interrupção em sua edificação, acarretam elevações absurdas em seus orçamentos, além de provocar mais despesas ainda, na recuperação da parte já erguida.

O mesmo poderá ocorrer nas obras do Ginásio de Esportes gerando prejuízos à municipalidade e ao Estado, caso os serviços de conclusão não sejam retomados de imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, solicitando-lhe que seja constituída uma Comissão de Sindicância, com o objetivo de comprovar e propor correções às anomalias eleitorais representadas por municípios com mais eleitores que habitantes, bem como sugerir a instituição do Conselho Comunitário Eleitoral, em cada município, como forma de disciplinar, através de maior fiscalização, o processo de recrutamento de novos eleitores.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A bem da verdade, faz-se urgente criar em cada município paranaense, como órgão de apoio à Justiça Eleitoral, o CONSELHO COMUNITÁRIO ELEITORAL que, sem cores partidárias, atuaria como força disciplinadora do direito do MORADOR DE FATO de cada município ser o agente da escolha do Prefeito e Vereadores de seu município. É que para o pleito de 15 de novembro de 1982, em dezenas de municípios paranaense, milhares de eleitores totalmente desvinculados dos problemas do dia a dia destes municípios, acabaram influenciando decisivamente no processo de escolha dos Prefeitos e Legisladores Municipais. Através do apoio deste Conselho Suprapartidário, seriam congelados todos os Títulos Eleitorais de cidadãos que não estejam residindo de fato em período igual ou superior a dois anos nos municípios por onde foram alistados, retirando-se as respectivas Folhas de Votação dos Cartórios Eleitorais, que, antes de expedí-las à disposição do TRE, publicariam as listas oficiais dos eleitores desclassificados para os municípios em questão.

Na região de Maringá não faltaram, entre outros, ativos econômicos para a persuasão de um eleitor menos avisado alistado por outro município que não o seu, sem levar em conta o fato de delegados bonzinhos haverem assinado em branco blocos inteiros de Atestados de Residência para facilitar o processo de qualificação eleitoral intermunicipal. A propósito, em muitos casos, contas de água e luz também valeram como atestados de residência para fins eleitorais, pois que se estava em tempo de desburocratização apregoada pelo Ministro Hélio Beltrão. Alguns abusos chegaram a ser noticiados pela imprensa, mas talvez pelo acúmulo de serviços na época, um porta-voz da Jus-

tiça Eleitoral entendeu que seria muito difícil o exame pormenorizado de cada caso. Entretanto, os números falam mais alto que qualquer suspeita. IVATUBA, município da Comarca de Maringá, apresentava um quadro de 6.094 eleitores habilitados para o último pleito, embora toda a sua população chegue apenas a um pouco mais de 5.000 habitantes. Em Flórida, outro município próximo a Maringá, existem 1.989 habitantes e 2.224 eleitores.

Este fenômeno, entretanto, não é privilégio da região de Maringá. Em outras áreas do Estado, o eleitorado apto a votar nas eleições de 16/11/82 foi maior que o número real de habitantes. Vejamos alguns casos, apenas a título de ilustração:

	Eleitores	Habitantes
Quatro Barras	6.094	5.715
Amaporã	5.407	3.245
Nova Aliança do Ivaí	1.286	1.077
Guairaçá	7.934	7.107
Tamboara	8.548	5.267

A exemplo de IVATUBA, também nestes municípios o cidadão já NASCE ELEITOR. É por isso que, até mesmo em nome do ilibado conceito da JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ, estas e outras irregularidades devem ser corrigidas, mesmo porque não é em nome da desburocratização que haveremos de justificar os muitos desacertos que existiram e que prosseguem registrados nos Cartórios Eleitorais do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, apelando no sentido de que seja instalada rede de água nos Distritos de Rancho Alegre e Bandeirantes do Oeste, no Município de Goioerê.

Tal pedido prende-se ao fato de que aqueles dois importantes distritos, estão a exigir tal providência, pois, dado seu crescimento populacional e progresso constante, já estão a merecer a implantação da rede de abastecimento, de vez que já contam com poços artesianos.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência, Senhora Secretária de Estado da Educação, apelando no sentido de que sejam determinadas urgentes providências visando a liberação das verbas estaduais destinadas ao auxílio para pagamento dos professores municipais, que se encontram prestando serviços em escolas da rede estadual de ensino.

Tal liberação se faz premente para que as Prefeituras Municipais do Paraná consigam pagar os salários daquelas professoras, que com sua luta, trabalho e dedicação, prestam grande serviço à educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, apelando no sentido de determinar urgentes providências visando a reconstrução da ponte existente na estrada que liga os Municípios de Salto do Itararé e Carlópolis.

Tal solicitação se faz, visto ter a antiga ponte ali existente sido destruída, ocasionando sérios transtornos à população local, no escoamento das safras agrícolas daquela rica região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Deputado DENI SCHWARTZ, Secretário dos Transportes, solicitando sejam determinadas medidas urgentes no sentido da reconstrução de aterro no trecho da estrada que liga os Municípios de Salto do Itararé a Santana do Itararé, em galeria situada a 4 km da sede do Município de Salto do Itararé.

Tal medida permitirá o fluxo normal daquela estrada, hoje interdita e obstruindo a ligação de duas tão importantes cidades do Norte Pioneiro do Estado.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada uma comissão de 3 (três) Deputados para se fazer presente na Festa do PEÃO BOIADEIRO, na cidade de Cianorte, nos dias 9, 10 e 11 de abril do corrente ano.

Outrossim, solicito que a decisão da Casa, seja comunicada ao Senhor Prefeito e Presidente da Câmara de Vereadores, da cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado do Paraná, solicitando que seja criado um Posto de Polícia Rodoviária, na cidade de Cidade Gaúcha, no trevo de entrada da cidade.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.
(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVAS

PRIMEIRA — Cidade Gaúcha, localizada a 80 quilômetros da cidade de Paranavaí; a 65 quilômetros da cidade de Cianorte; a 65 quilômetros da cidade de Cruzeiro do Sul; e a 80 quilômetros da cidade de Loanda, cidades estas as mais próximas de onde se acham instalados os Postos da Polícia Rodoviária;

SEGUNDA — Com a instalação da usina de cana-de-açúcar em Cidade Gaúcha, o movimento de tráfego aumentou além da expectativa e como a fiscalização não se faz presente, os motoristas abusam do excesso de velocidade;

TERCEIRA — Cidade Gaúcha, localizada quase nas fronteiras do Paraguai e do Estado de Mato Grosso do Sul, muito visadas pelos traficantes e delinquentes de toda espécie, utilizam do Trevo Rodoviário da cidade para seus contatos, colocando em pânico a população da região;

QUARTA — Cidade Gaúcha é um dos grandes produtores de rebanhos de gado bovino e eqüino, onde circulam caminhões boiaqueiros em velocidade além do permitido, colocando em risco a vida dos condutores de veículos pequenos, pedestres e escolares, que se utilizam das rodovias da região;

QUINTA — Cidade Gaúcha, também é grande produtora de café, algodão, cereais, criação do bicho da sede, e entre tantas atividades, circulam veículos pesados transportando cargas e

muitas vezes em alta velocidade.

Diante do exposto, é de toda URGÊNCIA, a necessidade de criação de um Posto Rodoviário, a fim de resolver os problemas mencionados, para trazer de volta a segurança e tranquilidade para o povo da região, que é ordeiro e trabalhador.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado convite ao Dr. ROULIEM BASAGLIA, Delegado Federal da Agricultura no Estado do Paraná, a fim de que o mesmo possa, diante da Comissão de Saúde deste Poder, expor sobre a possível contaminação do leite em nosso Estado.

Requer, outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência ao Dr. Rouliem Basaglia, da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) TOGUIO SETOGUTTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, apelando no sentido de que determine a construção do acostamento do trecho de estrada pavimentada, que faz a ligação entre Curitiba e Bocaiúva do Sul, e sua ramificação com a cidade de Colombo.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O trecho que liga Curitiba a Bocaiúva do Sul, com ramificação para Colombo encontra-se totalmente desprovido de acostamento, constituindo-se em constante perigo para os pedestres e motoristas que por ali transitam.

A partir do Trevo do Atuba até o Município de Colombo a região é bastante populosa e a mencionada rodovia serve de acesso a diversos bairros.

Como a divisa entre os municípios altera sensivelmente o preço dos coletivos, muitos moradores da região, mulheres e crianças se dirigem a pé, até o ponto de ônibus ali situado para evitar as tarifas interurbanas.

Com toda essa movimentação, o local e suas imediações têm sido palco de inúmeros acidentes, ocasionados, na maior parte das vezes, pela ausência de acostamento.

Nestas condições, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pelo alto sentido humano e pela tranquilidade que virá trazer a muitos pais de família, julgamos a presente solicitação digna de merecer o integral apoio desta Assembléia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, JOSÉ RICHARDELLI e Sr. Secretário dos Transportes, DENI LINEU SCHWARTZ, veemente apelo no sentido de que sejam viabilizados estudos de medidas que possibilitem a melhoria das condições de tráfego na PR-317, entre Maringá e Campo Mourão.

O pedido prende-se ao fato de que, na mencionada rodovia o trecho compreendido entre Maringá e Rio Ivaí, num total de 33 km, foi completamente restaurado não tendo o restante do percurso, com extensão de 51 km, recebido a mesma atenção e encontrando-se em situação de abandono que nem mesmo o acostamento é praticável.

A medida se torna ainda mais premente ao se considerar que por aquela importante artéria, circulam segundo levanta-

mento efetuado pela Polícia Rodoviária, uma média de 4.482 veículos, diariamente.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 12/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - C.P.S.J., que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida a redução sobre multa, juros e correção incidentes, nas seguintes condições:

I — Redução de 90% (noventa por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 dias contados da publicação desta lei;

II — Redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 dias contados da publicação desta lei; e,

III — Redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 120 dias contados da publicação desta lei.

Art. 2.º — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiveram parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre o saldo do débito.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 15 (quinze) dias, as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora estamos propondo já foi efetivada através das Leis n.ºs 7.210, de 17/10/79 e 7.498, de 1.º/10/81 — No entanto vários servidores filiados ao IPE e à Carteira de Pensão dos Servidores da Justiça - CPSJ, continuam, por várias razões, em débito com o órgão previdenciário estadual.

Visando proporcionar nova oportunidade para que regularizem suas situações, amparando-os com certas facilidades, para que não haja maiores sacrifícios, numa situação das mais precárias por qual atravessa nosso País na atualidade, e gerando maiores problemas financeiros aos servidores, é que reapresentamos o plano de lei, que temos a certeza merecerá o total apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 13/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Aos professores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino, caberá a escolha e adoção do livro didático, preservada a unidade do Ensino e na forma das diretrizes aprovadas pela Secretaria da Educação.

Art. 2.º — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o livro didático adotado nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, somente poderá ser substituído após decorrido o prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1.º — Após adotado, o livro didático somente será substituído, antes de decorrido o prazo estipulado neste artigo, em caráter excepcional.

§ 2.º — A excepcionalidade caracterizar-se-á mediante razões plenamente justificadas pelo professor, com a aprovação da direção da Escola, ouvido o Conselho Estadual de Educação e com expressa autorização da Secretaria da Educação.

Art. 3.º — É vedada a adoção de livro didático que impos-

sibilite seu reaproveitamento em anos subseqüentes.

Art. 4.º — Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei proposto visa dispor sobre a adoção do livro didático nas escolas da Rede Estadual de Ensino, no sentido de representar mais uma medida em defesa do aluno, dos pais e dos professores.

Os elevados preços do material didático significam, presentemente, sério obstáculo à manutenção dos filhos na Escola e serão sempre importantes todas as medidas que busquem amenizar as crescentes dificuldades sempre presentes na importante área da Educação.

O que se tem constatado quanto à adoção do livro didático é que, continuamente, são substituídos, anualmente e para as mesmas séries, dificultando o seu reaproveitamento por outros alunos e impossibilitando esta prática, no caso de livros didáticos que em seu interior contém exercícios para ser diretamente, sobre o livro preenchidos, inutilizando-os para os períodos seguintes.

São costumeiras as substituições de livros que permanecem adotados pelo tempo máximo de dois anos, acarretando ao aluno e às suas famílias um desembolso a mais em seus orçamentos, haja visto que essa prática não enseja oportunidade de trocas ou mesmo reaproveitamento por outro irmão ou parente.

Ora, se os mestres consideram satisfatórios os compêndios, no instante de sua adoção, nada justifica sua substituição no ano subseqüente.

A persistência dos critérios que, até aqui tem norteado a constante transitoriedade dos livros didáticos irá, de consequência, contribuir de forma decisiva para o afastamento dos bancos escolares de muitos jovens que, mesmo usufruindo a gratuidade da Rede Estadual de Ensino, não têm condições de suportar as despesas decorrentes deste tipo de aquisição.

Há necessidade urgente de se atenuar o custo da formação do estudante, e esta é uma das primeiras medidas a ser conseguida, das tendentes a encontrar formas capazes de propiciar escolarização acessível aos educandos em todos os níveis, notadamente face à quadra presente que está a exigir de todos os brasileiros austeridade, face aos problemas econômico-sociais.

Vale referir que projeto de lei, no mesmo sentido, foi apresentado, no Rio Grande do Sul, pelo Deputado Antônio Carlos Borges.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, neste plenário, do Sr. Ilmar Prienitz, Vereador de Marechal Cândido Rondon, e do Sr. Antenor Vicenha, Prefeito de Tijucas do Sul.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito de declarações feitas pelo Governador do Estado, Sr. José Richa, em programa de televisão, um dia antes de sua posse, a título de justificação à não concessão do 13.º salário e também do reajuste semestral dos vencimentos para os funcionários públicos, gostaria de ler alguns trechos de um comentário publicado em "O ESTADO DO PARANÁ", de domingo, comentário este, do Conselheiro Rafael Iatauro, do Tribunal de Contas, no qual, além de expressar com bastante nitidez a inverdade contida naquele pronunciamento do Sr. Governador, também dá alguns comentários bastante interessantes.

(Lê): "As declarações sobre a situação financeira do Estado, feitas pelo Governador José Richa, ressaltam dificuldades

no processo arrecadador e a circunstância de que não poderá cumprir suas metas administrativas — ao menos neste ano — pelo fato do orçamento em vigor não ter sido moldado dentro de sua filosofia de trabalho.

Recentes levantamentos de opinião pública, realizados através de institutos de respeito e especializados, destacam que os problemas econômicos ocupam prioridade nas preocupações gerais. Por isso, manifestações dessa natureza, em início de gestão causam impacto violento, haja vista que na atual conjuntura as coisas vão mal para todos.

Em matéria orçamentária, especificamente, não há necessidade de grande esforço para entender que o orçamento, como repositório das intenções políticas do administrador, é um documento perfeitamente mutável e, como tal, possível de receber alterações tanto na programação da receita — no que se refere à sua alocação — quanto no planejamento dos gastos governamentais.

A arrecadação, em particular, segundo suas várias fontes, é dotada de muita elasticidade e, em função disso, apresenta diferentes graus em sua composição. Exemplo característico é o produto da receita do ICM, sensível à movimentação econômica do Estado. Logo, com um mínimo de competência e criatividade na administração do processo arrecadador é possível aumentar substancialmente a receita, dando condições para a superação dos obstáculos e cumprimento de boa parte dos compromissos solenemente assumidos. É o que se espera do atual governo. Aliás, um bom prenúncio foi a segurança e a tranquilidade demonstradas pelo novo Secretário das Finanças quando disse que o Paraná não apresenta situação tão dramática quanto os demais e que é perfeitamente administrável.

Merecem avaliação, também, sempre a nível de análise, os destaques dados pelo governador com relação à herança orçamentária recebida. A bem da verdade, é preciso que se recorde que através do instituto dos créditos adicionais, os programas e projetos do governo, definidos pela administração anterior, poderão ser normalmente alterados, reprogramados, acrescidos de outros e ajustados aos planos político-administrativos do atual governo. Demais disso, quando o orçamento foi elaborado, cumprindo prazos e disposições legais específicos — e dentro da técnica exigida — não se sabia quem seria o governador do Paraná. Destarte, evidentemente, tinha de espelhar as necessidades globais dos órgãos, entidades, do povo e não de certa filosofia partidária ou pessoal, por mais respeitável que possa ser.

De outro lado, no que respeita aos valores altos de diferenças orçamentárias, identificados vulgarmente como "furos", o enfoque dado, com a devida vênia, foge à realidade dos fatos. Na prática, tomou-se como critério de análise os números gráficos inseridos no orçamento, os quais, "ceteris paribus", poderiam efetivamente gerar menor arrecadação. Para um Estado dinâmico, com tradição de resposta no meio agrícola e uma indiscutível vocação industrial, todavia, nada é definitivo em matéria de geração de recursos.

Visualizada a questão do ponto de vista objetivo e dos resultados práticos, é importante não esquecer que está prevista a maior safra agrícola dos últimos anos, com uma produção de grãos extraordinária. Cabe, ainda, colocar em linha de relevo a generalizada expectativa quanto às reações do comércio internacional, que permitirão melhores coeficientes nas relações de troca, gerando conjunto de receitas substanciais em comparação com 1982.

Releva notar, igualmente, que para o Paraná, que contribui com mais de um quarto do total das exportações brasileiras, certamente adirão recursos adicionais à arrecadação tributária.

Com efeito, a prova maior dos fatores aleatórios que marcam a composição da receita, fruto da potencialidade produtiva do Paraná, foi o ocorrido no início do governo anterior. Preocupado com a situação econômico-financeira encontrada naquele momento, principalmente diante do montante da dívida

global do Estado — em particular a externa — o então Secretário das Finanças projetou um quadro de dificuldades que, com certeza, marcariam o desenvolvimento da administração nos anos seguintes. Em curto prazo, no entanto, a economia paranaense reagiu às projeções apressadamente feitas, levando o Estado a obter excesso de arrecadação e inclusive consultar o Tribunal de Contas sobre a legalidade da aplicação de recursos ociosos no mercado de capitais, objetivando evitar que os mesmos sofressem os danos da inflação.

Esse procedimento, num Estado que necessita investir em seu desenvolvimento, não é política recomendável, como rotina, mas foi a saída que se encontrou para minimizar perdas financeiras, naquele exato momento.

O Governador José Richa, agora no exercício pleno do poder, já deve estar sentindo que a teoria na prática muda de configuração e que a administração pública no Brasil e no mundo está marcada por dura realidade: infinitas necessidades e escassos recursos.

Resta o consolo de que se se tentar a institucionalização de um modelo econômico-administrativo coerente e realista, o Paraná é um excelente protótipo."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para convidar os Senhores Deputados, o Senhor Presidente, os demais companheiros da Mesa. Nós, na qualidade de Presidente da Comissão designada por este Poder, para apreciar e opinar sobre a Mensagem Governamental n.º 41/83, de 17 de março de 1983, que indica o nome do Senhor Deputado Maurício Fruet para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Esta Comissão tem reunião marcada para amanhã, às 9:30 horas, no Plenarinho, para arguir o nosso companheiro candidato à Prefeito Municipal e na oportunidade, então, esta Comissão gostaria de contar com a presença de todos os companheiros Deputados dos dois partidos. Em nome desta Comissão, como seu Presidente, agradecemos a presença dos Senhores Deputados, amanhã, às 9:30 horas, no plenarinho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ocupamos pela vez primeira a tribuna desta Casa, para dizer que existem determinados momentos em que se faz mister, uma mudança de comportamento por parte dos Srs. do Poder, para que em assim procedendo, possam avaliar a real profundidade de seus projetos políticos.

Neste País, muita coisa está mudando e, seus reflexos se fazem sentir em todos os campos da atividade humana. Cabeiria aí uma colocação muito importante no campo político, pois é sabido que vivemos um novo período, um estágio de aperfeiçoamento de práticas e instituições que se encontravam desativadas, não por nossa ação, mais sim, por circunstâncias históricas e casuísticas.

Hoje, seguramente, existe uma correlação de forças políticas, evidenciando um equilíbrio. Em vista disso, deve cada um de nós crer nos nossos semelhantes quando estes se propõem a uma trégua, a um diálogo.

Precisamos mais do que nunca acreditar na firmeza de propósito das autoridades e trabalhar com estas lado a lado nas causas comuns às facções partidárias, sem no entanto sofrermos uma atrofia de nossas características singulares.

Deve existir uma predisposição que garanta um mínimo

indispensável de afinidade, senão será mera retórica, e não chegaremos a uma conversação profícua e madura.

A eleição foi o início de uma longa caminhada que deverá nos levar à ação política. Mas, entre os primeiros passos e o "podim" está uma longa estrada, que se revelará bem mais morosa que eventualmente possa parecer.

Então, o raciocínio óbvio seria deixar de lado este ufanismo momentâneo de colocar esta eleição num pedestal.

É inegável que foi um belo início, mas como disse o notável mestre Afonso Arinos "eleição para não fazer nada seria bobagem".

Conciliação sim, concessão, não.

Não é justo que nos corresponsabilizemos por um problema que não criamos, e muito menos fomos consultados quando da sua efetivação. Sejam, isto sim, coerentes em nossas ações, para, assim fazendo, deixarmos uma perspectiva viável àqueles que em nós apostaram.

Olhemos ao nosso redor e vejamos como estão os fatos se processando. Os Estados endividados, os municípios insolventes; reflexos de uma política econômica arbitrária e lesiva aos interesses de seus concidadãos.

Urge uma reforma tributária para que esta propalada abertura seja mais ampla e mais efetiva, deixando de ser apenas uma abertura política, e se estendendo a todos os campos em que a atividade estatal se fizer sentir.

A partir deste instante é que o coroamento deste processo iniciado a 15 de novembro cumprirá seus últimos e verdadeiros desígnios.

Quando acontecem estas demonstrações de abertura, aí então é que poderemos acreditar em concórdia, pois enquanto não ocorrerem estas transformações que se avolumam no seio da atividade da Nação brasileira, ficaremos restritos a um maquinismo improdutivo e que seguramente é contrário aos interesses deste povo tão obstinado ao trabalho e à liberdade.

Vamos fazer por onde encontrar o caminho para este retorno, mas queremos, em contrapartida, ver asseguradas no hoje e no agora as prerrogativas asseguradas a todo e qualquer cidadão pela nossa Carta Maior.

Será a partir daí que haverá concórdia e segurança e nem será preciso o Presidente pedi-lo em público, pois estaremos de volta a um estado de normalidade plena.

Lutemos para que isso seja uma realidade e não nos arrefeçamos enquanto esta tarefa não estiver totalmente concluída.

Já dizia o grande Abraão Lincoln: "Calar quando se devia protestar, transforma os homens em covardes".

A decisão é nossa, seremos coniventes a estes desmandos e arbitrariedades, compactuando com os descabros e escândalos que diuturnamente acontecem neste País.

Ou senão, trabalhem até o dia que acontecer a consecução e a realização das nossas aspirações mais imprescindíveis, visando dar dignidade às nossas vidas.

Agora, se isto não acontecer, deveremos reciclar valores, pois algo deverá estar errado, e, tomara que não sejamos nós a fazer parte deste conjunto.

Pois, hoje, está em nossas mãos fazê-lo; sejamos diligentes e obremos em prol do bem maior, sem (ismos): faccionismos, nem revanchismos, deixemos para trás as mesquinharias e as mediocridades das brigas caseiras, e, cumpramos o nosso papel como Parlamentares e como pessoa humana, para que assim exista uma conciliação duradoura e perfeita".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença, em plenário, do Sr. Pedro Brambila, Prefeito Municipal de Santa Fé.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista. Havendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. Ausente.

Esta Presidência consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário destinado à sua Liderança.

Com a palavra o Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O motivo que nos traz a esta tribuna, neste dia, é o momentoso assunto do leite contaminado e comprovadamente nocivo à saúde em tais condições, nas principais Capitais do País.

Os órgãos de divulgação nacional têm trazido estampada em suas páginas, a preocupação da população com o assunto e temos sido procurado não só pela população, como pelas indústrias de laticínios como a COLPAR, Cooperativa de Laticínios de Umuarama, região que temos a honra de nesta Casa representar, a sua preocupação. A queda do consumo de leite que já é pequena em nosso País, menos de 100 ml ‘per capita’, quando a Organização Mundial de Saúde recomenda dois copos diários, poderá ser ainda mais agravada.

Não queremos culpar aqui antecipadamente qualquer segmento da manipulação desse valioso produto. Desde a ordenha Manuel pelo pequeno produtor que faz a grande maioria dos milhões diários de litros de leite de nosso Estado, passando pelo carreteiro que os leva às usinas, à pasteurização pelos laticínios, à distribuição pelos comerciantes, até o consumidor. Esta a razão de nossa preocupação maior no dia de hoje.

Queremos que sejam tomadas as medidas necessárias para o esclarecimento à nossa população, pois o leite é o alimento não só dos mais importantes à população brasileira, mas principalmente para a faixa infantil, importante para o seu desenvolvimento normal bastante nutritivo, pois contém gorduras, proteínas, lactose, sais minerais, vitaminas e sendo de fácil digestão.

Não nos cabe a discussão dos problemas em outros Estados, neste instante. Se forem examinados e encontrados pelos professores de Faculdade de Ciências Farmacêuticas de São Paulo, pelo Instituto Louis Pasteur, do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, ou qualquer outro pesquisador em outros Estados, pequeno ou elevado índice de gorduras, acidez, água, de coliformes fecais, de staphylococcus aureus ou outras bactérias nocivas à saúde. Interessa a nós paranaenses neste instante, convocar de imediato através da Assembléia Legislativa, o órgão fiscalizador do Estado sobre o assunto, que é a Delegacia Federal da Agricultura, para uma ampla exposição. Dizer da nossa grande preocupação tanto na condição de Deputado, ou como membro da Comissão de Saúde, como médico ou ainda, como consumidores.

Queremos informações e dados concretos sobre:

- a) como é feita a fiscalização, a nível de Estado?
- b) quantos fiscais há à disposição da Delegacia para a eficiente fiscalização do setor?
- c) se periodicamente são examinadas amostras de leite que estão nas prateleiras para a venda ao público?
- d) Qual o órgão particular ou oficial que faz as análises para a Delegacia?
- e) quais os resultados encontrados nos últimos exames, percentuais, marcas de leite e dia do exame?
- f) quais as marcas de leite à venda, atualmente, no Estado?
- g) o que está sendo feito a nível estadual para melhorar o rebanho bovino leiteiro, a manipulação para a

retirada do leite, a industrialização pelas usinas, a distribuição pelo comércio e o consumidor?

- h) Qual a possibilidade de uma ampla divulgação nesta fase para atingir todos os segmentos como conscientização, preparo, esclarecimentos desde o produtor até o consumidor?

Assim creio, Srs. Deputados, estaremos em condições de levar ao conhecimento do povo do Paraná, que estamos atentos aos nossos problemas e poderemos continuar a incentivar o aumento do consumo do produto, que em muitos lares, ainda é o único alimento nutritivo que chega às mesas. Ou teremos que nos retrair perante as especulações e interesses, talvez até de alguma multinacional interessada em aumentar mais ainda a venda do leite em pó, o que sinceramente não queremos acreditar, mas que nos preocupa, pois ainda ontem, ocupou todas as primeiras páginas dos principais jornais das Capitais procurando se inocentar. Ou ainda, o envolvimento de algum grupo interessado em adquirir fortunas fazendo o contrabando do leite em pó, como as 170 toneladas descobertas nos últimos dias e segundo as autoridades federais dizendo isto, ser apenas a ponta de um “iceberg” segundo palavras textuais.

Peco pois, a esta Casa que convoque, na forma regimental, o Sr. Delegado Federal da Agricultura do Paraná para a exposição de motivos perante a Comissão de Saúde e Agricultura, principalmente se obtivermos o apoio necessário para esta nossa iniciativa dos demais Deputados, ocupantes nesta Casa Legislativa.”

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tuguio Setogutte, digno representante do Noroeste do Paraná, foi Prefeito de Umuarama, Vossa Excelência, como médico que é, tem a maior das condições para se referir a este momentoso assunto que é a contaminação do leite, que foi mais um dos escândalos nacionais em cima do consumidor brasileiro.

Cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade com que faz seu pronunciamento e também, Sr. Deputado, pediria as suas colocações a respeito dos padrões para a análise e para a verificação da qualidade do leite, que a população toma; porque segundo constou, em alguns órgãos de divulgação nacional, esses padrões são internacionais e que não serviriam para as condições brasileiras.

Perguntaria a Vossa Excelência, Deputado, se essas condições, se esses padrões realmente são aplicados na verificação da qualidade do nosso leite, ao consumidor e que se as condições locais, condições brasileiras realmente são bastante diferenciadas das condições dos demais países onde esses critérios foram formados?

E gostaria mais uma vez de dizer a Vossa Excelência que observei durante o expediente desta Casa, que por sua autoria está convocado para vir a esta Assembléia, o Dr. Julian Basaglia, que é o Diretor do Ministério da Agricultura do Paraná, para que ele possa, perante a Comissão de Saúde Pública desta Casa, trocar idéias com os Srs. Deputados e apresentar também em nome do Ministério da Agricultura as razões e as colocações, que têm sido feitas até aqui por aquele órgão.

E perguntaria a Vossa Excelência por mais uma razão ainda que nós precisamos, sem dúvida alguma, movimentar de maneira específica as comissões técnicas da Casa. E Vossa Excelência já mesmo antes da instalação das comissões, dá uma demonstração de sua atuação como Parlamentar, fazendo este ofício e que por certo será aprovado e por certo também, aqui comparecerá o Dr. Julian Basaglia para que possa juntamente com a Comissão de Saúde Pública desta Casa, que será integrada por médicos, médicos-veterinários, engenheiros agrônomos, homens que realmente terão profissionalmente as condições para o diálogo deste nível. E poderão, através da As-

sembléia do Paraná, apresentar sugestões às nossas autoridades sanitárias, para que possam realmente exercer uma fiscalização e façam com que finalmente a razão maior que a nossa população venha a tomar o leite de boa qualidade, sem prejuízo e sem preocupação de natureza alguma.

Meus cumprimentos, nobre Deputado Tuguio Setogutte, vibrante e legítimo representante do noroeste do Paraná, que como médico vem também a esta tribuna, apresentar um assunto tão importante para as crianças do Paraná e de um modo geral para a nossa comunidade.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Agradecemos ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, e queríamos apenas, abrir um parêntese pequeno, para dizer que realmente nós pretendemos a vinda de Julian Basaglia, para que possamos fazer este apanhado geral, das condições do leite, atualmente servido à população do Paraná, das suas condições.

Mas apenas para citar um exemplo, diríamos que no Rio de Janeiro, de dez amostras de leite que foram, há pouco menos de um mês, examinadas pelo Instituto Adolfo Lutz, oito não apresentavam as condições mínimas, para serem absorvidas pela população; apenas dois, assim mesmo, dentro de um limite bastante discreto para o seu aproveitamento. Qual seja, por exemplo, o mais comum, que seria em teor de gordura, em torno de 2% do litro do leite especial. Nenhum dos dez leites que foram a exame, pelo Instituto Adolfo Lutz, encomendado pelo Jornal "O Globo", pago, por aquele jornal, teve condições do seu aproveitamento.

Afora isto, o que se está no momento, ao menos reivindicando e pedindo à população do Paraná e à população brasileira, que se faça a fervura do leite por cinco minutos; pois elementar que é, a destinação de não ser contaminado pelos "scuriccia".

Diríamos que, teria condições de com uma fervura de cinco minutos, ser eliminada, assim como outras bactérias que numa simples condição de pasteurização poderiam também ser eliminadas e dar toda condição para a população tranqüilamente fazer o uso desse precioso líquido.

Como tem sido, e todos têm acompanhado, todos os jornais, atualmente, todas as revistas, quer seja a "Manchete", a "Visão", a "Veja", temos por último até, em termos de pilhéria, a revista "Fatos e Fotos", num assunto tão importante, ainda trazendo para a população como se nada tivesse valendo o esforço que tem sido feito pelas autoridades e nós ainda do Paraná, primeiramente, encampando uma necessidade que tenho a certeza absoluta que é da população para que tenhamos a nossa salva-guarda de saúde ao menos ao mínimo levantada e condizente com o trabalho que os pretendemos desenvolver.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria parabenizar-me com Vossa Excelência e fazer apenas um pequeno reparo. Este problema, o Ministério da Agricultura, por intermédio do ilustre Dr. Basaglia já deveria ter visto isso, porque faz tempo que faz parte de uma estrutura onde ele está à testa, aqui no Paraná, e até agora nada foi feito. Precisa então vir um Deputado do Governo para censurar. Então, a censura do Deputado deveria ser diretamente ao Ministério da Agricultura em que este setor está afeto.

Queria que a minha bancada, a nossa bancada desse um alerta para estes homens do Governo que só procuram cargo no Governo Federal. Só procuram se projetar no Estado e nada fazem para o bem-estar do Paraná, para sanar e sanear essas anomalias que existem, Sr. Deputado, para vir um Deputado do gabarito de Vossa Excelência, à tribuna, que sabemos que representa muito bem a sua região para solicitar ao Governo Federal que faça isto. Porque, então, o Paraná está na área

federal, acéfalo.

E queria apenas uma advertência para os responsáveis do Ministério da Agricultura que saibam que Deputados da Bancada do PDS não são uma plêiade de homens sem alma.

Estamos vendo as deficiências que existem e haveremos, Sr. Deputado Tuguio, de levar ao conhecimento desses moços que estão atrás de empregos. Eles não querem nada com o leite, não querem nada com a agricultura, não querem nada com a soja, não querem nada com a batata que está afetada. Eles querem é jogar no abismo, como já jogaram.

Então, queria apenas um reparo e pedir a Vossa Excelência, vênha e desculpa por dar um reparo público a este moço que representa o Paraná há quantos e quantos anos e nada fez pelo nosso Estado. Só fez, é ajudar a cavar a sepultura do PDS.

Muito obrigado.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Tuguio Setogutte, esta Liderança do PMDB parabeniza o pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo e aqui também, apoia a atitude de convidar o Senhor Basaglia a vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre o problema do leite.

E queremos por outro lado, endossar as palavras do Excelentíssimo Senhor Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno, que há muito conhecemos pelo seu trabalho brilhante que sempre desenvolveu em prol da política paranaense.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Pois não.

O Sr. Tércio Albuquerque — Caro Deputado Tuguio Setogutte.

A Liderança do PDS desta Casa vem parabenizar-se com Vossa Excelência pelo brilhante e profundo pronunciamento que faz nesta tarde, na qualidade de representante de uma região altamente produtora que Vossa Excelência é, como também de profissional como médico, entende que precisamos, cada vez mais, regulamentar a venda deste produto de primeira necessidade em nosso País, e nada mais justo do que o que Vossa Excelência requer, trazer a esta Casa uma autoridade competente do setor, para que nos diga e ouça também, os nossos Deputados nas suas reivindicações, em favor do nosso Paraná, porque não dizer do nosso País.

Vossa Excelência tem o apoio total da nossa bancada.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado, Deputado Tércio, que nesta oportunidade representa, aqui muito dignamente, a Liderança do nosso Partido.

Para encerrar, Sr. Presidente, pediria pois, a esta Casa, que convoque na forma regimental, o Sr. Delegado Federal da Agricultura do Paraná, para Exposição de Motivos, perante a Comissão, principalmente se obtivermos o apoio, como de fato já agradeço através da Liderança do Deputado Rubens Bueno, o apoio necessário para esta nossa iniciativa, ocupantes que somos desta Casa, e dispostos como sempre, desde a nossa primeira vinda a esta Casa, a fim de podermos juntos e irmãos, trabalhar para o bem-estar da população de nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso dos minutos que lhe restam.

O Sr. Tércio Albuquerque — Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, esta Liderança indica o Deputado Tadeu França, para fazer, parte do pronunciamento de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra, no horário destinado à Liderança do PMDB, por dez minutos, o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos dando entrada nesta Casa a um requerimento, a um requerimento que é endereçado à Justiça Eleitoral, chamando a atenção para um fenômeno que vem ocorrendo no Paraná. Durante a época eleitoral, os fatos foram apresentados, e alguns órgãos de imprensa acabaram denunciando o problema, mas, certamente pelo acúmulo de serviço, ou quaisquer outras alegações, os fatos foram esquecidos.

É por esta razão, que nós entendemos que entre tantas preocupações que temos, esta também merece nossa especial atenção.

É o que diz respeito aos municípios paranaenses, onde existem mais eleitores do que habitantes. Na região de Maringá, por exemplo, poderíamos citar o caso de Votuporanga, seis mil e vinte e sete eleitores, contra um pouco mais de cinco mil habitantes, naquela cidade.

Em Flórida, 1.899 habitantes e 2.027 eleitores.

Não é só privilégio da região de Maringá. Este mesmo quadro acontece em vários outros municípios. Temos os dados em requerimento que apresentamos à Mesa mas de memória, ocorre-nos que em Guiraçá, em Tangará, em Nova Aliança do Ivaí, e vários outros municípios que relacionamos no requerimento, apresentam o mesmo quadro. Em nome da desburocratização, para qualificar-se eleitoralmente o cidadão, em muitos casos da região, bastava uma conta de luz ou de água.

As cidades-pólo, e Maringá, e o exemplo, transformaram-se em cenários férteis, onde tantos e tantos qualificadores com propostas, inclusive econômicas, conseguiram, facilmente, convencer alguém a alistar-se pelo seu município.

Creio que não podemos permitir, de forma alguma, e não vai aqui acusação alguma de fraude à Justiça Eleitoral; vai apenas a afirmativa de que este quadro é uma irregularidade, e como uma irregularidade, tem que ser sanada.

Se não há outros critérios melhores, alguns delegados, naquela época, até assinavam blocos em branco, para facilitar o processo de qualificação eleitoral.

É hora de nós moralizarmos de fato. Poderia instituir-se, por exemplo, a criação de um conselho comunitário eleitoral, como órgão de apoio à Justiça Eleitoral; para colocar melhor. Entendemos que o cidadão que há dois anos não vive mais na cidade, deve ter o seu título eleitoral desclassificado, através de listagem que seria publicada, expedida pelos cartórios eleitorais. Porque, de outra forma, entendemos que não é justo. Em vários municípios, que decidiu a eleição a favor de um Prefeito - e muitos dos Srs. Deputados sabem disso - quem decidiu a eleição, foram pessoas que há dez anos deixaram de viver numa cidade, que foram recrutados em outras, que acabaram decidindo sobre um governante municipal ou vereadores, sendo que eles mesmos não fazem mais parte dos problemas e nem do dia-a-dia dos municípios por onde ainda se encontram alistados.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência faz uma análise bem aprofundada com referência ao problema eleitoral de nosso Estado. Vossa Excelência deu como testemunho diversos municípios de sua região, e acrescento, apenas para ilustrar o seu pronunciamento, diversos municípios da minha região, também, onde foi construída ou está sendo construída, a hidrelétrica de Itaipu. E grande parte de sua população foi desapropriada e saiu do nosso Estado. Foi habitar outros recantos de nosso País, e continua como eleitor da nossa região, e veio, na época das eleições, votar em nossos candidatos.

Vossa Excelência retrata muito bem a história eleitoral do nosso Estado. Precisamos dar um basta nisso. Precisamos conversar mais do que nunca, com a Justiça Eleitoral, porque não é possível que quem não mais reside aqui, eleja nossos representantes. Não conhecem mais o problema da nossa região, do nosso Estado.

Meus parabéns pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde e tem o nosso total apoio, para conversarmos com a Justiça Eleitoral e dar um basta nesta situação que ven acontecendo em nosso Estado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Deputado Tércio Albuquerque, que nos honra com o seu aparte.

Vinculada à nossa realidade, estreitamente, esta preocupação deve merecer, sem dúvida alguma, todo o nosso empenho, porque a seleção, o processo democrático, mais do que nunca, deve buscar da forma o mais excelente possível, raízes sólidas em que possa se afirmar.

Gostaria ainda, neste escasso tempo de que dispomos, de fazer referência a um pronunciamento, no final da semana passada, não em tom de revanchismo, mas apenas, para fixar algumas colocações.

Parece-me que o Deputado Erondy Silvério encontra-se na Casa, estava aqui, há pouco. Então gostaríamos de deixar bem claro, desta tribuna, tudo aquilo que já havíamos iniciado e que gostaríamos de enfatizar; em seu pronunciamento aqui, na semana passada, ele afirmou que, o Deputado apresentara um sofisma, através de uma CPI que iria apresentar irregularidades administrativas, ou desmandos, ou corrupção de alguns Prefeitos, afirmando que, de um lado, nós acusamos os Prefeitos do Paraná e que, por outro lado, queremos, por uma reforma tributária, conseguir mais recursos aos municípios do Paraná.

Deixamos bem claro, jamais afirmamos, nesta tribuna, aquilo que pretendeu, aquilo que afirmou e que se encontra registrado em notas taquigráficas, apresentado pelo Deputado Erondy Silvério, jamais afirmamos que, todos os Prefeitos da gestão anterior foram corruptos, estamos afirmando aquilo que o Paraná inteiro está conhecendo porque a podridão vem emergindo, um mercado inteiro de desmandos, de notas frias que desrespeitam o erário público, em muitos e muitos municípios do Paraná. Não aceitamos, de forma alguma, a acusação daquele Deputado quando afirmava que nós utilizávamos um ataque virulento para apresentar uma CPI! Se estamos denunciando, estamos apenas levantando uma bandeira, levantando um local onde essas denúncias, onde as suspeitas serão selecionadas, verificadas. É verdade que nós não somos Poder Judiciário, somos o Legislativo, mas, quando a corrupção afeta o bem-estar da comunidade, esse fato passa a ser um fato político e temos a obrigação cívica de denunciar, de levantar, de buscar provas e encaminhá-las, como nós pretendemos, ao Ministério Público, para as medidas judiciais cabíveis. Estamos, desta forma, ao mesmo tempo em que solicitamos mais uma vez a cooperação efetiva dos Srs. Deputados, estamos e brevemente vamos apresentar um documento em que buscaremos, com cada companheiro de Assembléia, no aspecto situacional, no aspecto institucional, como também no aspecto pragmático de emergência que estamos vivendo, um retrato das várias re-

giões do Parana representadas por nós Deputados, para que o Parana, para que a nossa gente se habitue a tratar, se habitue a discutir e também, a fiscalizar os atos dos administradores, os atos daqueles que têm por missão, conduzir o bem-estar, conduzir os destinos da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência adverte que, os dez minutos concedidos pela sua Liderança, encontram-se esgotados.

O SR. LÍDER DA BANCADA DO PMDB — A Liderança do PMDB concede mais dez minutos ao Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Desta forma, ao mesmo tempo em que não aceitamos a acusação formulada tentando única e exclusivamente comprometer os nossos objetivos, jamais aceitaremos a acusação feita de que estaríamos culpando os Prefeitos do PDS, na sua totalidade! De forma alguma, a CPI da falência municipalista, porque o quadro do esvaziamento, o quadro do empobrecimento é um fato que salta aos olhos de quem queira enxergar; não é um instrumento que está consumando, por antecipação, quaisquer conclusões, são apenas uma porta aberta por onde nós iremos buscar, iremos canalizar, iremos fazer fluir aqueles anseios tão antigos, aqueles problemas tão antigos que não têm encontrado um local de ressonância, que não têm encontrado talvez, guarida, pelo silêncio, pelo sigilo, pela noite escura com que foram realizadas tantas operações insensatas e que não são do conhecimento - parte delas - da opinião pública do Paraná.

Mais do que ...

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). — Gostaria, nobre Deputado, de congratular-me com o pronunciamento de Vossa Excelência, e corroborar com as palavras de Vossa Excelência porque escutamos o seu primeiro pronunciamento e achamos que Vossa Excelência, com sua qualidade inerente e por todos nós reconhecida, está discorrendo sobre um problema muito sério, um problema real, que é da insolvência dos municípios paranaenses.

Este Deputado e acredito eu, toda esta bancada neste momento, quer parabenizar Vossa Excelência e dizer ainda que Vossa Excelência tem todo o nosso apoio, porque Vossa Excelência está falando a verdade, está colocando a real situação porque passam não só os municípios paranaenses, mas os municípios de todo o Brasil, mas Vossa Excelência disse e nós sabemos, que urge uma reforma tributária para que nossos municípios recebam de volta aquilo que lhes é de direito e que lhes foi tirado.

Meus parabens a Vossa Excelência.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Sr. Deputado Artagão, por seu aparte.

Vejam Sr. Presidente, Srs. Deputados, Delfim Neto afirmando que é impossível uma reforma tributária. Desde o Governo Médici que ele tem aberto as portas, as veias do Brasil ao capital estrangeiro. Não é novidade e quantos generais de exército foram colocados em posição de presidentes de empresas multinacionais do passado. Quantas vezes, a indústria brasileira incipiente foi asfixiada por manobra do então já poderoso Delfim Neto. Os exemplos disto estão aí. Ainda hoje, eu apontava um caso que faço questão de retratar. Quando a Nestlé, com seu império formidável, queria arrancar mais e maiores monopólios; quando o produto estrangeiro, até mesmo a Anderson Clayton, e tantas outras, para cá vinham, foi Delfim Neto quem afirmou que de fato deveriam vir, que era muito mais barato importar produtos estrangeiros como margarina, do que fabricar manteiga no Brasil.

Essa gente que tem feito com o "bolo" que eles dizem não

sei o que, mas que tem levado o nosso País ao estágio gravíssimo de dependência como aquela em que estamos. Devem reconhecer a sua incompetência. Afirmam que não há como distribuir o "bolo" para os municípios, porque o Brasil está em crise; esta crise foi criada, foi gerada por eles, foi criada por um sistema que tem sido contra o nacionalismo, que tem entregado nossas terras. O Frigorífico Ângulo possui no Brasil mais de vinte fazendas, com mais de 150.000 hectares cada uma. Temos aqui, verdadeiros países encravados no Brasil, de propriedade estrangeira. Mais de 10% de nossas terras estão registradas como capital estrangeiro. É por isso, Srs. Deputados, que a hora, acima de ser uma hora de partido, é uma hora de união nacional. Todos os brasileiros que se prezam devem unir as forças para numa frente democrática, numa frente nacionalista, cobrarmos pelo menos aquilo que de maior nós temos, que é nacionalismo que os entreguistas cederam as nossas bases ao capital estrangeiro.

Já concederemos o aparte a quem quer que seja, por qualquer tipo que seja a contribuição que possa vir.

Srs. Deputados, é por esta razão que nós não admitimos, não aceitamos, enquanto que, aqui em Curitiba, prendem e encarceram Juvêncio Mazarolo, a sociedade revoltada, por crime de opinião. Crime sim, é de quem tem roubado este País, crime sim, é dos "testas de ferro", das multinacionais, de um Golbery do Couto e Silva, de um Juraci Magalhães, de um Delfim Neto, que estão aí ditando ordens para este País e condenam o nosso humilde, por crime de opinião. Atrás das grades se falar a verdade, se denunciar, se for nacionalista, se autor de crime de opinião, não entendo mais nada. Creio que todos os brasileiros que se prezam também são titulares desse crime, porque mais do que nunca é hora de determos a infeliz caminhada para a derrocada, enquanto ainda temos tempo e o tempo urge, o tempo é pouco.

Srs. Deputados, é por razões como esta, que nós não queremos permitir distorções. Não pretendemos desta tribuna, fazer um ponto de ataque contra quem quer que seja, mas, jamais admitiremos, principalmente em nossa ausência, que tentem disvirtuar o objetivo de uma proposta de trabalho como aquilo que aqui foi tentado no final da semana passada.

Não pretendemos o revanchismo, queremos sim, apresentar fatos. E esses fatos devem surgir. Creio que através da democracia, através do nacionalismo, através de uma frente partidária com esse cunho, notadamente voltado para a defesa daquilo que é nosso, é que nós teremos resposta aos problemas do Brasil e não colocando jornalistas, não colocando moços de imprensa, humildes, pobres, que professam aquilo em que eles crêem, atrás das grades. Não é prendendo sacerdotes, não é permitindo, expulsando pessoas desta terra, inofensivas, que se estará resolvendo qualquer problema.

É por esta razão que nós, neste instante, queremos dizer: nossa proposta, é a proposta lavrada, selada nos compromissos do PMDB, com essa multidão imensa que apenas assiste, mas que não participa do progresso. Com os famintos, com os subnutridos. Se nós, hoje, não levantarmos problemas, se nós não mandarmos para a justiça os que roubam estaremos compactuando quando o pão é negado na mesa da gente que sofre e que é oprimida.

É por isso que nós temos um compromisso sério, de ser a voz dos homens sem terra, dos humildes, dos abandonados, dos que estão massacrados por uma lei arbitrária que aí está. Ainda há poucos dias, no final da semana passada, ouvimos uma afirmativa do Deputado Airton Cordeiro, quando dizia: "qual a postura do PMDB? Serão contra os biônicos e estarão brevemente votando a favor de um prefeito biônico aqui em Curitiba, no caso, Maurício Fruet."

Srs. Deputados, esta é a maior prova do autoritarismo que continua dominando. Todos nós, Srs. somos democratas; se nós escolhêssemos, iríamos colocar nossos candidatos em

palanques, em praças públicas, para apresentar sua proposta de trabalho. Esta que é a nossa bandeira, mas, infelizmente, o militarismo está aí de tal maneira, que ainda obriga, que ainda impede a evolução dos anseios democráticos dos militantes do PMDB.

Não é por escolha não, é por imposição de uma estrutura iníqua que não foi por nós criada, que nós estaremos aqui endossando o nome de Maurício Fruet para a Prefeitura de Curitiba. Entretanto, Srs. Deputados, fica selado o compromisso que nós sempre tivemos - lutaremos sempre contra a instituição, contra a existência, contra a figura do prefeito biônico, do governador biônico que foi instinto, do prefeito biônico, porque, somente com o respaldo popular, é que nós haveremos de alcançar as metas democráticas pelas quais tanto lutamos.

Pela ordem, o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque. **O Sr. Tércio Albuquerque** — Sr. Deputado Tadeu. Vossa Excelência iniciou, nesta tarde, um brilhante pronunciamento, quando, friamente, analisava a problemática da situação dos eleitores paranaenses. Mas, no decorrer de suas palavras, Vossa Excelência também cometeu alguns pecados; vem de uma maneira taxativa, atacar os militares do nosso País. Nós precisamos, Deputado, entender, que militar civil, é a mesma pessoa que constrói este País. E Vossa Excelência deve ter visto, através da imprensa, há poucos dias atrás, as palavras do Sr. Ministro da Marinha, quando disse que os militares estão retornando às suas casas, à caserna, e Vossa Excelência peca também, quando diz que o Deputado Airton Cordeiro referiu-se em que o PMDB irá, também votar nesta Casa, num Prefeito biônico.

Se é verdade, Vossa Excelência sabe disso, se não houvesse esta figura, o PDS também estaria em campo para ganhar ou perder as eleições. O Presidente Figueiredo prometeu, jurou e está dando a democracia ao nosso País. Quantos governadores estão agora em seus cargos eleitos pelo voto do povo; a maioria do PDS, grande posicionamento do PMDB e o PDT, também acentuando-se no Rio de Janeiro.

Pediria a Vossa Excelência que quando fizesse um pronunciamento de alto cunho, analisando a situação de nosso País, também reconhecesse o que de bom está sendo feito por este Governo que Vossa Excelência fala desta tribuna, exatamente porque a democracia está aí e recebeu votos; como nós, também estamos aqui do lado de cá.

Muito obrigado, pelo aparte. Meus parabéns por parte de seu pronunciamento e que Vossa Excelência reconheça também que sua agressividade não vai construir em nada o nosso País.

O Sr. Artagão de Mattos Leão — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado Tadeu França, gostaria de lembrar ao nobre Tércio Albuquerque que Vossa Excelência, Deputado Tadeu, em seu pronunciamento, não falou sobre militares de uma forma em geral. Vossa Excelência detalhou todas as classes. Mas, é evidente que existem exceções. E estas exceções realmente devem ser denunciadas. É isto que Vossa Excelência está fazendo hoje, nesta Casa.

Peço que, mais uma vez, suas palavras não sejam deturpadas, como já o foram da primeira vez. Vossa Excelência está citando casos específicos, não está generalizando. Peço que Vossa Excelência continue com sua explanação que está sendo brilhantemente feita.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Sr. Deputado. Creio que o Deputado Tércio Albuquerque lembra-se bem, e já respondeu por mim o Sr. Deputado Artagão.

O Sr. Tércio Albuquerque — Não respondeu, não.

O SR. TADEU FRANÇA — Não ataquei militares, citei alguns nomes. Há os bons militares e há aqueles que foram cúmplices do capital estrangeiro, estrangulamento de nossa econo-

nomia. Basta lembrar o envolvimento histórico de Golbery do Couto e Silva com a Dall Chemical. Basta lembrar quantas empresas estrangeiras tendo à frente "testas de ferro" vestidos de farda, acabaram explorando ... Vou citar um exemplo, a Walita é uma empresa brasileira ... **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas o tempo que lhe destinou a liderança do PMDB está esgotado.

Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. RUBENS BUENO — O Deputado Artagão Mattos Leão fará uso em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, orador inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, pela segunda vez, na tarde de hoje. Inicialmente pretendia concluir o meu pronunciamento anterior; tentarei fazê-lo, agora. No entanto, se faz mister, que as palavras de Membros de nossa bancada, não sejam deturpadas. Não sejam, de uma maneira ou de outra, levadas para um lado que não faz parte de uma realidade. Se nossos companheiros vêm a esta tribuna fazer um pronunciamento, é necessário que suas palavras sejam respeitadas.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — E estão sendo, nobre Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Estão sendo, sim, nobre Deputado Tércio Albuquerque, de uma maneira que nós já notamos, desde o início, desde o começo das sessões desta Casa, deturpadas, e levadas para um lado, até de gozações. E isto, Sr. Deputado, não deve acontecer. Se o Deputado Tadeu França, na realidade talvez um pouco nervoso, porque na vez primeira, suas palavras já tinham sido entendidas de uma maneira diferente...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, entendo que Vossa Excelência é que está querendo tumultuar. Se o Deputado Tadeu França, nesta tarde, fazia um pronunciamento, eu, na qualidade de Vice-Líder, atuando nesta tarde, na condição de Líder, cabe-me o direito ou a qualquer Deputado deste Poder, aparteá-lo, dialogar e é o que estou fazendo. Vossa Excelência é que está querendo nos jogar contra a sua própria bancada, o que não estou entendendo, porque de há muito conheço Vossa Excelência, sua família, a tradição respeitada, representada pelo ex-Senador João de Mattos Leão, que muito contribuiu para este Estado e seu desenvolvimento. E eu estou aqui, nobre Deputado, para dialogar, no que me é de direito, debater com os Srs. Deputados, aparteá-los, receber apartes, com respeito, porque sempre fiz com respeito. Nunca, nem a minha bancada desrespeitou qualquer que seja Membro do PMDB. Acredito que Vossa Excelência, hoje à tarde, está fora de si, não sei o que é que está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Deputado, na realidade estou muito tranqüilo. O seu direito de aparte, nós não negamos; inclusive lhe damos o direito deste aparte. No entanto, nobre Deputado, há necessidade de Vossas Excelências não deturparem as palavras dos nossos companheiros.

O Deputado Tadeu França, se referindo a determinado assunto, citou nomes especificamente. Ele não condenou militares de uma forma geral. E é isto que nós queremos que Vossas Excelências entendam.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Sr. Deputado, queria apenas, para

não entrar no mérito da questão entre o nosso Líder a Vossa Bancada. Vossa Excelência pecou quando disse: "Nós lhe damos".

Quem nos deu o direito de aparte, primeiro foi o povo do Paraná; segundo, o Regimento Interno. Vossa Excelência permite, apenas para fazer esta observação, porque nós respeitamos Vossa Excelência e só dizemos, Vossa Excelência disse: "nós lhe damos" parece que o Delfim Neto baixou no espírito de Vossa Excelência, também autoritariamente, quando diz: nós lhe damos, como Delfim Neto, este maligno tem dado para o Brasil.

Aparteio Vossa Excelência apenas para esta observação, com o devido respeito que tenho por Vossa Excelência, pelo ilustre ex-Senador, nosso companheiro da ARENA, João de Mattos Leão, que é vosso tio e nosso amigo e o respeitamos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — O direito de aparte lhe deu o povo e o Regimento. Agora, o direito da concessão do aparte, cabe a nós, nobre Deputado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência lamenta, mas seu tempo está esgotado.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar em plenário, a presença dos Srs. Vereadores Dileto Pulga, Alfeu Kramer e Antônio de Oliveira, todos de Guarapuava.

Bem como a presença do Sr. Vereador José Santana Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, e do Vereador Jorge da Silva Freitas, do PMDB da Câmara Municipal, também de Quitandinha.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/82, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA, com sede e foro na Comarca de Município de Londrina. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS, com sede e foro no Município de Colombo. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam determinadas providências visando a liberação das verbas estaduais destinadas ao auxílio para pagamento dos professores municipais, que se encontram prestando serviços em escolas da rede estadual de ensino. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam determinadas

medidas no sentido da reconstrução do aterro no trecho da estrada que liga os Municípios de Salto do Itararé a Santana do Itararé. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de determinar providências visando a reconstrução da ponte existente na estrada que liga os Municípios de Salto do Itararé a Carlópolis. — Em discussão.

O SR. RUBENS BUENO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, em forma de apelo, visando a instalação da Rede de água nos Distritos de Rancho Alegre e Bandeirantes do Oeste, Município de Goioerê. — **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta de três Srs. Deputados, para se fazer presente na Festa do Peão Boiadeiro, na cidade de Cianorte, nos dias 09, 10 e 11 de abril próximo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Nos requerimentos do Deputado Ivan Gubert foi lido um que seria encaminhado ao Diretor da CELEPAR e que nós queremos discutir, a Bancada do PMDB, é o requerimento que está sendo dirigido à SANEPAR.

Gostaria de verificar este detalhe, porque foi lido CELEPAR.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência informa Vossa Excelência que o requerimento foi lido e aprovado por este plenário, diz respeito ao envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR.

O SR. RUBENS BUENO — Exatamente este que a bancada quer discutir e poderia consultar as notas taquigráficas que foi lido CELEPAR.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa a Vossa Excelência que o requerimento já foi objeto de discussão e votação. E está aprovado.

O SR. RUBENS BUENO — Mas, Sr. Presidente, a bancada queria discutir exatamente o requerimento que está dirigido à SANEPAR e foi lido CELEPAR.

Pediria a Vossa Excelência que consultasse as notas taquigráficas da Assembléia para verificar o erro cometido pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência havia pedido para discutir o requerimento que requer envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes.

O SR. RUBENS BUENO — Também Excelência. Além disso, queremos discutir o da SANEPAR que foi lido pela Presidência...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Já foi aprovado, na Casa.

O SR. RUBENS BUENO — Foi aprovado como CELEPAR.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lamenta, mas não poderá atender a Vossa Excelência, porque o requerimento foi lido com discussão encerrada e votada, e é matéria vencida e não tenho condições de fazer voltar este requerimento.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, mas foi aprovado um requerimento para a CELEPAR.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Vossa Excelência está certo, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO — Acatamos a decisão de Vossa Excelência, com protestos da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência agradece.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria de saber de Vossa Excelência se o Deputado Tércio Albuquerque faz parte de sua assessoria, porque ele está dizendo que Vossa Excelência está certo.

A Bancada do PMDB tem interesse em discutir esses requerimentos, e eu faria um apelo a Vossa Excelência para que daqui para frente não ocorram essas dúvidas, todos os requerimentos que forem votados, que Vossa Excelência colocar em votação, para que seja lida ao menos a pauta.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência informa ao ilustre Deputado, que o requerimento objeto de discussão e votação, foi lido no expediente, pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Exatamente isto que eu gostaria, Sr. Presidente,

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem, Sr. Presidente).

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Vossa Excelência me cassou a Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Eu não cassei, Vossa Excelência havia concluído.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Exatamente para justificar, após sua explicação, que eu gostaria que tornasse norma, depois de anunciada no Expediente, Vossa Excelência ao anunciar que do expediente à votação decorre duas ou três horas.

Muitas vezes o Deputado não se acha presente, à Liderança não está, foi substituída e eu gostaria que, daqui pra frente não haja discussões em plenário por causa de algum requerimento, para que fosse lido a cada votação a emenda do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Respondo a Vossa Excelência que reafirmo a informação que dei anteriormente a Vossa Excelência. Se o requerimento for lido no expediente, conforme determina o Regimento Interno, e ao anunciar a sua discussão e votação, foi lida a sua súmula.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, jamais a pretensão de querer assessorar a Vossa Excelência que muito bem é assessorado na Casa. Apenas para parabenizá-lo, pela decisão tomada pela Mesa, que é correta, é regimental, e nós aqui estamos para acolhê-la.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) O Presidente agradece.

Requerimento do Sr. Dirceu Manfrinato. Esta Presidência vai colocá-lo em votação porque já foi lido no Expediente, e encerrada a sua discussão.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência lesse o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Solicito ao Sr. Secretário, que proceda novamente a leitura deste requerimento.

(É procedida a leitura do requerimento).

Está em votação o requerimento que acaba de ser lido. — **Aprovado.**

Esta Presidência solicita das Lideranças, a designação dos nomes que deverão compor a Comissão, objeto do requerimento aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Sr. Comandante da Polícia Rodoviária do Estado, encarecendo a criação de um Posto de Polícia Rodoviária em Cidade Gaúcha, no trevo de entrada da cidade. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Toguio Setogutte, constante do expediente, solicitando seja enviado convite ao Dr. Rouliem Basaglia, Delegado Federal da Agricultura no Estado do Paraná, a fim de que o mesmo possa, diante da Comissão de Saúde deste Poder, expor sobre a possível contaminação do leite em nosso Estado. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Em função do resultado da aprovação deste requerimento, quero comunicar ao autor, Sr. Deputado Toguio Setogutte, que esta Presidência não poderá, por enquanto, enviar o ofício ao Dr. Rouliem Basaglia, porquanto a Comissão de Saúde, como as outras Comissões Técnicas deste Poder, não estão constituídas.

Solicitaria à Liderança do PDS para que fizesse as indicações, para que as Comissões possam ser compostas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam viabilizados estudos de medidas que possibilitem a melhoria das condições de tráfego na BR-317, entre Maringá e Campo Mourão. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que se determine a construção do acostamento do trecho de estrada pavimentada, que faz a ligação entre Curitiba e Bocaiúva do Sul, e sua ramificação com a cidade de Colombo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encapando o Ofício número 89/83, da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, encarecendo destinação de recursos para conclusão das obras do Ginásio de Esportes daquela comunidade. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo que através de Comissão Especial de Sindicância, apure irregularidades ou fraudes caracterizadas em certos municípios paranaenses, cujo número de eleitores é superior ao número de habitantes. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

O SR. RUBENS BUENO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pelo requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, o PMDB indica os dois membros para a Festa do Peão Boiadeiro, dias 09, 10 e 11 de abril, o próprio autor da propositura e o Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência determina que se anote a indicação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Esta Liderança, acompanhando o pensamento do Deputado Rubens Bueno, indica, para fazer parte da Comissão, o Sr. Deputado Toguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência determina que se anote a Indicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 97 e 131/82.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 114/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de I HOR BARANHUK, matrícula n.º 453, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei 6174 o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 02 de janeiro de 1978 e 02 de janeiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 251/83)

PORTARIA N.º 115/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula n.º 392, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, do tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 31 de julho de 1976 e 30 de novembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3.º quinquênio e das férias referentes ao ano de 1976, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 8300/82).

PORTARIA N.º 116/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÉ, matrícula n.º 368, ocupante do cargo de Médico C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4.º quinquênio, compreendido entre 19 de fevereiro de 1976 e 19 de abril de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 3.º quinquênio e das férias de 1976 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 6187/82).

PORTARIA N.º 117/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de

JOANNA DE BIASSIO DA CUNHA, matrícula n.º 443, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5.º quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1977 e 28 de janeiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4.º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 1238).

PORTARIA N.º 118/83

antecipar para o período de 07 de março a 06 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 13/83, à funcionária JOANNA DE BIASSIO DA CUNHA, matrícula n.º 443, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1469/83).

PORTARIA N.º 119/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula n.º 183, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3.º quinquênio, compreendido entre 07 de junho de 1977 e 07 de fevereiro de 1982, antecipado em razão da contagem em dobro das férias de 1979 e 1980.

(Protoc. n.º 6997/82).

PORTARIA N.º 120/83

conceder ao funcionário ISRAEL DINIZ, matrícula n.º 069, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de março de 1983.

(Protoc. n.º 1558/83).

PORTARIA N.º 121/83

antecipar para o período de 1.º a 30 de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 13/83, ao funcionário MAXIMINIO CARDOSO, matrícula n.º 573, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1378/83).

PORTARIA N.º 122/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula n.º 084, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) anos, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 1.º e 2.º decênios, compreendidos entre 1.º de julho de 1960 e 23 de julho de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao 1.º decênio e das férias de 1963, 1965, 1967, 1968, 1971 e 19 (dezenove) dias de 1970.

PORTARIA N.º 123/83

designar ROGÉRIO LUIZ OLIVEIRA BOZZA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo junto ao Gabinete da 1.ª Secretária, a partir de 08 de março de 1983, de acordo com o disposto no Decreto Legislativo n.º 09/82.

(Protoc. n.º 1538).

PORTARIA N.º 124/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem em dobro das férias conforme especifica:

ANTÔNIO CARLOS DANTAS — Mat. 304	2 meses	1982
LUPERCINA ROCHA CONTE — Mat. 051	2 meses	1982
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Mat. 202		
	2 meses	1982
ELENI SILVEIRA — Mat. 326	2 meses	1982

(Protoc. n.ºs 881, 1274, 1524 e 1553/83).

PORTARIA N.º 125/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem em dobro das férias conforme especifica:

JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES — Mat. 311		
	2 meses	1982
MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA — Mat. 214		
	2 meses	1982
NORMANDO PEDRO CULPI — Mat. 360	2 meses	1982
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT — Mat. 322		
	2 meses	1982
ROSÁRIA CARDOSO LIMA DE OLIVEIRA — Mat. 225		
	2 meses	1982
MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES — Mat. 219		
	2 meses	1982
EMILIA DE MIRANDA BECKER — Mat. 374	2 meses	1982
CESAR AUGUSTO A. PINTO NUNES — Mat. 594		
	2 meses	1982
JANET DA SILVA SANTOS — Mat. 338	2 meses	1982
JORGE KUDRI — Mat. 286	2 meses	1982
ISRAEL DINIZ — Mat. 069	2 meses	1982
DARCI ANTONIO BUDEL — Mat. 062	2 meses	1982
CLEMETILDE DELFINA BORTOLON — Mat. 387		
	2 meses	1982
RUTE DA SILVA LOPES — Mat. 226	2 meses	1982
ORLANDO SABOTTO — Mat. 591	4 meses — 1981 e 1982	
JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO — Mat. 419		
	2 meses	1981
JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO — Mat. 047	2 meses	1982
MANOEL MARTINS DE CASTRO — Mat. 315	2 meses	1982
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Mat. 355		
	2 meses	1982
FRANCISCO BUBNIAK — Mat. 367	4 meses — 1981 e 1982	
ANDRELINA CORREIA ALVES — Mat. 191	2 meses	1982
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO — Mat. 189		
	4 meses — 1981 e 1982	
ANTONIO GULBINO — Mat. 164	4 meses - 1981 e 1982	
LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO — Mat. 129		
	4 meses — 1981 e 1982	
WILIANS ROLANDO ROMANZINI — Mat. 354		
	2 meses	1982
ZELMA LOPES WOJCIK — Mat. 176	2 meses	1982
ALBERTO CARAZZAI NETO — Mat. 093	2 meses	1982

ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS — Mat. 190

4 meses - 1981 e 1982

JOÃO MARTINS SOBRINHO — Mat. 382 2 meses 1982

NEUSA OLIVIA MELARA — Mat. 344

4 meses — 1981 e 1982

MARLENE DE BRITO PERRONE — Mat. 222 2 meses 1982

ANTONIO CARLOS SANTOS DE LACERDA — Mat. 603

2 meses 1982

ALEXANDRE RADICHEWSKI — Mat. 388 2 meses 1982

AYNED MARIA REINERT TIZZOT — Mat. 236

2 meses 1982

OSVALDO MARQUES — Mat. 380 2 meses 1982

ARACY ZECH — Mat. 192 4 meses - 1981 e 1982

MARIA DOLORES TULIO BARVIK — Mat. 218

2 meses 1982

PORTARIA N.º 126/83

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ERNESTO PERACETTA, matrícula n.º 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei 6174 o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 20 de abril de 1979 e 20 de fevereiro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 494/83).

PORTARIA N.º 127/83

designar LÁZARO DA SILVA, matrícula n.º 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Mário Pereira.

(Protoc. n.º 1380/83).

PORTARIA N.º 128/83

conceder ao funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n.º 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 14 de março de 1983.

(Protoc. n.º 1691/83).

PORTARIA N.º 129/83

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 13/83, ao funcionário NILTON BUSATO, matrícula n.º 317, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. n.º 1015).

PORTARIA N.º 130/83

antecipar para o período de 15 de março a 14 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 13/83, ao funcionário ALFREDO PRESTA, matrícula n.º 057, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 1736).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de março de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor-Geral